

Guia Prático de Sobrevivência DA SUA EMPRESA durante a Pandemia



Guia Prático de Sobrevivência **DA SUA EMPRESA** durante a Pandemia

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS), formada pelas nove maiores organizações brasileiras do setor – Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD); Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE); Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL); Associação Brasileira de Automação para o Comércio (AFRAC); Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (ALSHOP); Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO); Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB); e Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) – defende os interesses dos empresários do país. O grupo representa os responsáveis por 15% do PIB brasileiro, 65% das operações de crédito e débito e a geração de 9 milhões de empregos diretos.

Neste momento de crise econômica, a UNECS esclarece as dúvidas sobre como passar por esta pandemia de COVID-19 sem precisar desistir do seu negócio. Este guia reúne informações sobre as principais medidas do governo que afetam as empresas e como as determinações federais podem influenciar o posicionamento do empreendedor no mercado e o seu papel no desenvolvimento social do Brasil.

Medidas Econômicas

O conjunto de iniciativas já anunciadas pelo governo federal objetiva preservar o emprego e a renda, viabilizar a atividade econômica diante da diminuição de atividades, e reduzir o impacto social em razão das consequências do estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública.

Medida Provisória **927/2020**

O que estabelece a MP? A medida define alternativas para teletrabalho, banco de horas, férias, feriados e acordos coletivos, flexibilizando a lei trabalhista para manutenção de empregos e com o objetivo de reduzir os impactos da quarentena na economia.

Medida Provisória **936/2020**

O que estabelece a MP? O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, prevê recursos e regras para a preservação de 8,5 milhões de empregos, beneficiando, ainda, 24,5 milhões de trabalhadores em regime CLT.

Principais Dispositivos

As relações de trabalho precisam ser adaptadas durante a crise. Para isso, alguns pontos específicos passaram por ajustes:

- O teletrabalho (home office) pode ser definido pelo empregador, sem necessidade de alteração no contrato individual de trabalho;
- há possibilidade de antecipação de férias individuais, notificando o trabalhador com antecedência mínima de 48 horas;
- é autorizada a concessão de férias coletivas, sem necessidade de comunicação aos sindicatos da categoria;
- permite-se antecipação e aproveitamento de feriados para compensar saldo em banco de horas;
- a compensação de jornada pode ser realizada por meio de banco de horas, em caso de interrupção das atividades;
- está suspensa a obrigatoriedade de realização dos exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, exceto os demissionais;
- fica adiado até julho o recolhimento do FGTS pelos empregadores;
- foi criado o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda;
- está autorizada a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários;
- contratos de trabalho poderão ser suspensos temporariamente.

Redução de Salário

A empresa pode combinar com seus funcionários uma redução no salário de até 70%, por até 3 meses. O governo federal irá pagar o percentual de redução com base no valor do seguro-desemprego.

Redução de Jornada

A empresa pode acordar com os colaboradores a redução de jornada pelo período de 90 dias.

Suspensão do Contrato de Trabalho

A empresa pode suspender o contrato de trabalho por até 2 meses. Durante o período de suspensão contratual, o empregado não pode permanecer trabalhando para o empregador, ainda que parcialmente, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou à distância.

Pagamento

No caso de suspensão de contrato:

O empregado receberá uma parcela mensal equivalente a cem por cento do seguro-desemprego a que teria direito - o valor varia de **R\$ 1.045,00** a **R\$ 1.813,03**. Neste caso, o empregador pode contribuir com uma ajuda compensatória, de natureza indenizatória.

Se a empresa fatura mais que **R\$ 4,8 milhões** ao ano, será obrigada a pagar uma ajuda compensatória de 30% do salário do empregado e o governo entra com 70% do valor do seguro-desemprego.

O valor pago pela empresa não terá caráter salarial, mas de complementação, não incidindo sobre ele, portanto, encargos trabalhistas.

Em qualquer situação, durante a suspensão do contrato, o empregado deve continuar recebendo todos os benefícios concedidos pelo empregador, como plano de saúde e vale-alimentação.

No caso de redução de jornada:

As reduções de jornada e salário podem ser de **25%**, **50%** ou **70%** (mantido o salário-hora), dependendo do acordo que for realizado entre empregador e empregado. O governo paga um percentual do seguro-desemprego equivalente ao percentual da redução.

Quem ganha até três salários mínimos (**R\$ 3.117**), ou mais de dois tetos do INSS (**R\$ 12.202,12**, valor de referência) e tem diploma de nível superior, pode optar por fazer um acordo individual com a empresa.

Para quem recebe entre **R\$ 3.117** e **R\$ 12.202,12**, a redução de jornada e salário terá que ser feita por acordo coletivo se for de **50%** ou **70%**. O trabalhador dessa faixa salarial só pode ter jornada e salário reduzidos em até **25%** com acordo individual.

A empresa tem prazo de 10 dias para comunicar a Secretaria do Trabalho sobre o acordo. O depósito da parcela será feito diretamente pelo governo federal na conta do trabalhador.

COMO CALCULAR?

Quem tiver a jornada e o salário reduzidos receberá um auxílio do governo proporcional ao valor do seguro-desemprego. Assim, quem tiver uma redução de **50%** por parte da empresa vai receber uma parcela de **50%** do que seria o seu seguro-desemprego caso fosse demitido.

Veja o exemplo:

Se o colaborador ganhava **R\$ 2.700** por mês, nos últimos **12 meses**, e, por acordo, tem o salário reduzido em **70%**:

A **empresa** paga **30%** do salário de **R\$ 2.700** do trabalhador = **R\$ 810**

O **governo** paga **70%** do valor do seguro-desemprego para essa faixa de renda = **R\$ 1.269,12**

O trabalhador recebe, no período, o salário mensal de **R\$ 2.079,12**

Depois do benefício:

O acesso ao benefício do governo não impede a concessão nem altera o valor do seguro-desemprego a que o empregado vier a ter direito em caso de demissão.

Estabilidade:

O trabalhador terá estabilidade por período igual ao do acordo de redução da jornada ou suspensão do contrato.

Quem entra?

Os trabalhadores com carteira assinada, incluindo temporários, rurais e domésticos. As regras são diferentes, dependendo da renda do empregado, mas não há distinção de categoria profissional.

ATENÇÃO!

Trabalhadores do setor público ou de subsidiárias de empresas públicas, ou, ainda, aqueles que já estejam recebendo o seguro-desemprego **NÃO PARTICIPAM.**

Trabalho intermitente

O trabalhador intermitente com contrato de trabalho formalizado terá direito a um auxílio no valor de **R\$ 600,00** mensais, por até 90 dias, pago pelo governo.

VAMOS VENCER!

A Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia lançou uma página na Internet com informações sobre as medidas emergenciais de apoio ao setor produtivo neste momento. Os dados são atualizados diariamente. Entre os destaques de interesse do setor de comércio e serviços estão:

- Linhas de crédito em condições especiais para empresas de Comércio e Serviços
- Suspensão do pagamento de amortizações de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Melhores condições de crédito por meio da parceria entre o BNDES e financeiras inovadoras (fintechs)
- Prorrogação do prazo de validade de Certidões Negativas e Positivas
- Adiamento de pagamento dos impostos federais no Simples Nacional
- Suspensão de processos de cobrança da dívida ativa da União e novas condições de parcelamento para Pessoa Física ou Jurídica
- Adiamento do pagamento do PIS, Pasep, Cofins e contribuição para a previdência por empresas.

- Redução de contribuições ao Sistema S em 50%
- Redução da taxa Selic 4,25% para 3,75%
- Suspensão da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito por 90 dias

Concessão de Crédito

Para apoiar empresas e pessoas físicas diante do cenário de diminuição da atividade econômica, outras instituições estão anunciando medidas de apoio. Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fornecerão ajuda adicional para que as empresas possam atravessar a parte mais difícil do combate à pandemia;

Na Caixa, R\$ 5 bilhões para agronegócios, com foco em custeio e comercialização; R\$ 3 bilhões para Santas Casas e hospitais conveniados ao SUS; R\$ 40 bilhões para capital de giro (R\$ 18 bilhões a R\$ 20 bilhões somente para empresas de Comércio e Serviços) com carência de 60 dias e R\$ 30 bilhões

para compra de carteira de bancos;

No Banco do Brasil, no Programa de Geração de Renda para o Setor Urbano (Proger), R\$ 5 bilhões de recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo R\$ 1,5 bilhão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e R\$ 3,5 bilhões para empresas com até R\$ 10 milhões de faturamento;

No BNDES, R\$ 40 bilhões em créditos para folha de pagamento, R\$ 5 bilhões para Micro e Pequenas Empresas, R\$ 11 bilhões para operações indiretas e R\$ 2 bilhões para saúde

Comércios, indústrias e serviços de pequeno porte:

Terão acesso à liberação de R\$ 5 bilhões em recursos do FAT para expansão de crédito à produção.

Do que se trata:

- R\$ 706 milhões para o Programa de Fomento às Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas (FAT-Fomentar);
- R\$ 100 milhões para o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO);
- R\$ 2,350 bilhões para o Programa de Geração de Emprego e Renda para o Setor Urbano (Proger-Urbano);
- R\$ 1,5 bilhão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- R\$ 30 milhões para o programa de financiamento da aquisição de veículos de aluguel para transporte individual de passageiros (FAT-Taxista).

Como ter acesso a estes créditos: entre em contato com o banco parceiro FAT de sua preferência

(<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programas-de-geracao-de-emprego-e-renda-proger/linhas-de-credito/>).

O Banco do Povo, programa de microcrédito produtivo desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, concederá R\$ 25 milhões de reais em linhas de microcrédito para empreendedores de pequenos negócios para auxiliar as empresas paulistas, com as seguintes condições:

- Redução da taxa de juros de 1% para 0,35% ao mês;
- Prazo para pagamento passa de 24 para 36 meses;
- Prazo de carência, que também aumenta de 60 para 90 dias;
- Limite de concessão de crédito sem avalista passa de mil para três mil reais;
- Condições para empréstimos para pessoas jurídicas de micros e pequenos negócios formais (MEI, ME, LTDA, EIRELI) e microempreendedores urbanos e rurais, inclusive do setor informal.

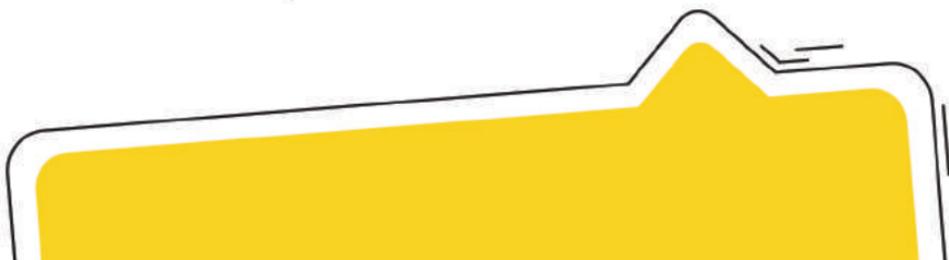
Pedido de Crédito: (11) **4589-8890**

Ações em Jundiáí

A Prefeitura de Jundiáí divulgou, em decretos municipais, ações que para ajudar o empreendedor. Já estão em vigência:

- Prorrogação até 31 de julho de todos os prazos de validade das licenças de funcionamento (alvarás) emitidas pelo município, com vencimento a partir de 1º de março.
- Prorrogação das datas de pagamento dos tributos vencidos até 31 de julho (transferidos para segundo semestre, sem multa e sem juros). Os tributos incluem o ISS Semestral (imposto fixo anual emitido para mais de 6 mil profissionais autônomos); taxa de alvará (anual, emitida para 30 mil empresas de todos os portes) e outras taxas como da Vigilância Sanitária (Visa), publicidade e taxa dos feirantes.

- Suspensão dos prazos dos processos de cobranças de dívida ativa, dos protestos e das execuções fiscais, com exceção daquelas que estão com prazo de prescrição neste período.
- Prorrogação do ISS cobrado dos optantes do Simples Nacional. Os pagamentos previstos nos meses de abril, maio e junho serão postergados, sem multa e sem juros, para outubro, novembro e dezembro.
- Renovação automática da isenção do IPTU 2020 para 1700 contribuintes idosos.
- Suspensão do corte no fornecimento de água para as pessoas em situação de falta de pagamento, até dia 30 de julho, para unidades consumidoras residenciais.
- Proibição de corte de energia para residências por 90 dias.



VAI PASSAR...

Mesmo que o momento exija muito mais esforço, tenha calma! Você não está sozinho. Nós, da equipe da Associação Comercial Empresarial (ACE) de Jundiaí estamos aqui para lhe ajudar! Estamos trabalhando com empenho e dedicação para juntos vencermos esta batalha. Conte conosco para vencer esta crise!



www.acejundiai.com.br

 [acejundiai](https://www.instagram.com/acejundiai)  [/acejundiai](https://www.facebook.com/acejundiai)

 [/company/acejundiai](https://www.linkedin.com/company/acejundiai)